

ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS CONSELHOS E ÓRGÃOS QUE ATUAM NA GESTÃO DA ÁGUA NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO, MG

Alexsandra Matilde Resende Rosa, Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade socioeconômica Ambiental – PPGSSA. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, e-mail: alexsandraresende2011@gmail.com.

Vera Lúcia de Miranda Guarda, Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade socioeconômica ambiental – PPGSSA. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, Minas Gerais, Brasil, e-mail: veraguarda2@gmail.com.

Kerley dos Santos Alves, Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade socioeconômica ambiental – PPGSSA. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, UFOP, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, e-mail: kerleysantos@yahoo.com.br.

RESUMO: A falta de saneamento e a escassez hídrica contribuem para agravar situação de vulnerabilidade social em que várias mulheres se encontram, principalmente, as que residem em periferias urbanas ou comunidades rurais. Favorecer o acesso à água e ao saneamento melhora a vida de muitas delas. Assim, é incorporar a dimensão de gênero na gestão integrada dos recursos hídricos, e para isso é necessária a mobilização social, sobretudo das comunidades locais, possibilitando medidas que permitam que as mulheres tenham voz nos processos de tomada de decisão sobre a água. Diante desse cenário, o presente estudo tem por objetivo refletir sobre a participação das mulheres nos conselhos e órgãos que atuam na gestão da água do município de Ouro Preto/MG. A metodologia baseou-se na revisão da literatura, investigação documental, análise de atas das reuniões, entrevistas, aplicação de questionários e observação participante. Os projetos de desenvolvimento, a modernização e a globalização têm levado a mudanças de papéis, status e bem-estar às mulheres em todo o mundo, porém há uma escassa presença de mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão. Em nível local, os conselhos municipais e os comitês de bacias hidrográficas são espaços importantes para promover a participação social, pois permitem o debate, acompanhamento, fiscalização e tomada de decisão referente às políticas e aos atos da gestão pública. Nos conselhos de Ouro Preto foi observado menor participação de mulheres em relação aos homens. Mas a participação dessas conselheiras é muito importante, entre outros motivos no incentivo a outras mulheres a participarem.

Palavras chaves: participação, mulheres, gestão da água, Ouro Preto/MG.

ANALYSIS OF FEMALE PARTICIPATION IN ADVICE ON WATER MANAGEMENT IN THE MUNICIPALITY OF OURO PRETO, MG

ABSTRACT: The lack of sanitation and water scarcity contribute to aggravate the social vulnerability in which several women find themselves, especially those who live in urban peripheries or rural communities. Favoring access to water and sanitation improves the lives of many women. Thus, it is important to incorporate the gender dimension in the integrated management of water resources, and for this to happen, social mobilization is necessary, especially from local communities, enabling measures that allow women to have a voice in the decision-making processes on water. Given this scenario, the present study aims to reflect on the participation of women in councils that work in water management in the municipality of Ouro Preto / MG. The methodology was based on literature review, documentary investigation, analysis of meeting minutes, interviews, application of questionnaires and on-site observation. Development, modernization and globalization projects have led to changes in the roles, status and well-being of women around the world, but there is a scarce presence of women in spaces of power and decision-making. At the local level, municipal councils and river basin committees are important spaces to promote social participation, as they allow for debate, monitoring, inspection and decision-making regarding public management policies and acts. In Ouro Preto councils, a lower

participation of women was observed in relation to the participation of men. But the participation of these counselors is very important, among other reasons in encouraging other women to participate.

Key words: participation, women, water management, Ouro Preto/MG.

1 Introdução

A mulher tem uma cultura de proximidade com o meio ambiente, também, possui valores caracteristicamente femininos, como o acolhimento, a persuasão, a capacidade de desenvolver múltiplos papéis e responsabilidades, compromisso com o que se propõe, etc., (ROSA; BEVILACQUA, 2012). Porém, em várias esferas (ambiental, territorial, econômica, política) é possível observar desigualdades relacionadas ao feminino: Em relação ao acesso aos recursos hídricos essas desigualdades também ocorrem.

A maior carga dos danos ambientais é destinada às populações de baixa renda, populações marginalizadas e vulneráveis, grupos étnicos discriminados, incluindo as mulheres (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009). Conforme Taís Santos (AGÊNCIA BRASIL, 2009), as mulheres correspondem à metade da população mundial e mais da metade da população pobre do mundo. Assim, é necessário seu empoderamento e a garantia do direito de opinarem e participar da tomada de decisão (AGÊNCIA BRASIL, 2009).

Harold Robinson, (AGÊNCIA BRASIL, 2009) afirma que as mulheres sofrem mais em situações de perda de colheita, destruição de habitações, perda de água, pois correspondem à maioria da força de trabalho na agricultura, têm menor acesso à renda e ao trabalho e apresenta menor mobilidade. A água é importante para a manutenção da saúde das famílias, o cuidado recai basicamente como responsabilidade feminina. A tarefa de obter água em situações de escassez é tradicionalmente caracterizada como atribuição das mulheres. Verifica-se que em áreas rurais da África e da Ásia, por exemplo, onde mulheres têm sempre que viajar vários quilômetros para coletar lenha e água, há uma sobrecarga de trabalho ainda maior do que as vividas por mulheres em áreas urbanas (KAPLAN, 2001). É importante ter em vista, que os impactos dos desdobramentos da incompatibilidade entre a carreira, tarefas domésticas, maternidade fazem com que muitas mulheres desistam de seus empregos ou fiquem sobrecarregadas com uma dupla jornada (STAUT, 2012), principalmente, em situações de escassez hídrica que aumenta ainda mais as atribuições delas.

De acordo com Lisboa e Lusa (2010), as mulheres produzem a maior parte dos alimentos consumidos no mundo. As autoras citam que hoje muitas são protagonistas quando se trata de desenvolvimento sustentável, manejo de recursos naturais e também em políticas públicas que garantam a equidade de gênero no meio rural. Porém, em geral, na política, as mulheres têm sido historicamente sub-representadas em comparação com os homens. No entanto, a participação delas nessa área vem aumentando (ROEDAL, 2012).

As mulheres costumam ser mais atentas quando se trata de problemas ambientais. Apesar dos conhecimentos e das práticas de preservação ambiental não serem exclusivos das mulheres, a divisão sexual do trabalho, aspectos culturais, na maioria das vezes, localiza muitos dos problemas ambientais no domínio feminino (KAPLAN, 2001).

Fato é que é necessária uma maior participação das mulheres nos processos decisórios, incluindo, os relacionados aos recursos hídricos. As discussões relacionadas a questões ambientais devem levar em conta o caráter heterogêneo da população. Os riscos ambientais afetam as comunidades de acordo com algumas variáveis como: raça, gênero, etnia e classe. A não inclusão do feminino em discussões ambientais é uma questão que vem sendo constatada e que precisa ser solucionada. A escuta das mulheres permite o conhecimento das origens sociais de problemas ambientais que afetam de forma não homogênea a elas.

Não se pode buscar tornar iguais mulheres diferentes e nem universalizar as experiências locais, no entanto, é necessário considerar como o gênero interage e se reconfigura em meio a outros eixos de desigualdade, como os relacionados à raça/cor, território, classe etc. Assim, esse trabalho tem como objetivo refletir sobre a participação das mulheres nos conselhos e órgãos que atuam na gestão da água do município de Ouro Preto/MG, avaliar o seu papel e sua influência nas tomadas de decisões.

2 Metodologia

Esse artigo apresenta uma análise sobre a participação das mulheres nos órgãos gestores das águas no município de Ouro Preto/MG. A fim de atender aos objetivos, foi utilizado esse recorte geográfico. O município foi escolhido, partindo do pressuposto que a comunidade de cada local tem necessidades e peculiaridades diferentes, e que o envolvimento da população abre caminho para a solução de problemas na esfera local, mas também, para a melhoria da relação entre Estado, sociedade e meio ambiente.

O universo de estudo desse trabalho foi os principais órgãos e conselhos gestores da água no município: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto/MG (SEMMA – PMOP), Conselho Municipal de Saneamento (COMUSA), Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA); Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE) e Comitê de Bacia Hidrográfica – Nascentes. Sendo que foram analisadas as atas apenas dos conselhos.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, foram realizadas: revisão da literatura, investigação documental, análise de atas das reuniões, entrevistas, aplicação de questionários

e observação participante. Foram analisadas legislações municipais referentes aos órgãos e conselhos pesquisados, a investigação documental visou conhecer a realidade destes. Também, foram coletadas as atas das reuniões dos conselhos do primeiro semestre do ano de 2019, e as listas com os nomes dos membros efetivos e suplentes dos conselhos e dos segmentos que os mesmos representam, bem como os organogramas dos órgãos. A coleta dos documentos foi realizada junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e junto ao SEMAE. Foi realizada observação participante em quatro reuniões dos conselhos: COMUSA e CODEMA e entrevistas semi-estruturadas com vinte conselheiros e funcionários. Na última fase, os dados foram tabelados e analisados com base na literatura.

3. Caracterização do universo do estudo

3.1. Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto/MG - SEMMA - PMOP

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto é um órgão da prefeitura municipal responsável pela Política de Meio Ambiente e pela Política Municipal de Saneamento Básico do município. No entanto, o serviço de drenagem de águas pluviais consta como atribuição da Secretaria Municipal de Obras.

3.2. Serviço Municipal de Água e Esgoto de Ouro Preto (SEMAE-OP)

O SEMAE-OP foi criado pela Lei Municipal 13 de 24 de fevereiro de 2005. O SEMAE tinha status de autarquia municipal, com personalidade jurídica própria. Porém, a partir de 2020, o SEMAE-OP começa a ser gradativamente, substituído por uma concessão para a exploração dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário – SANE OURO. No entanto, a mesma não faz parte do universo desse estudo, pois está em fase de estabelecimento no município. Há informações que informam que o quadro de funcionários será praticamente o mesmo.

3.3. Subcomitê da Bacia Hidrográfica - Nascentes – Rio das Velhas

Os Comitês de Bacia são órgãos deliberativos, que têm como finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos nas suas bacias hidrográficas. A criação de Comitês de Bacia Hidrográfica é prevista pela Lei nº 9.433/1997, que dispõe sobre a descentralização da gestão dos recursos hídricos, através da criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

O Comitê precisa ter formação paritária entre representantes do poder público estadual e municipal, usuários e sociedade civil organizada. Como conselhos deliberativos possuem poder de decisão sobre os assuntos de sua competência. Entretanto, as Agências de Bacia exercem a função de Secretaria Executiva, efetuando a cobrança pelo uso da água, mantendo cadastro de usuários atualizado e gerenciando o Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos (BRASIL, 1997).

3.4 Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental- CODEMA

Os CODEMAs têm sua criação prevista no artigo 20 da Resolução CONAMA (Conselho Nacional de meio Ambiente) nº 237, de 1997. O CODEMA é um órgão municipal colegiado, consultivo, deliberativo e normativo no âmbito de sua competência, criado com o objetivo de assessorar o poder executivo municipal sobre questões ambientais (MUNGAI, 2005). O CODEMA de Ouro Preto foi criado pela Lei 31/97. Em relação aos suportes financeiros, técnicos e administrativos necessários ao seu funcionamento, estes são prestados através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Os membros são indicados pelos dirigentes das entidades, cada membro possui um suplente que o substitui em caso de ausência. A função de membro do CODEMA é exercida em caráter gratuito e as reuniões do CODEMA são públicas.

3.5 Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA

O Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA foi criado pela Lei Municipal 13/2009, regulamentado pela Lei 219/2006 e reformulado pela Lei 934/2014. Ele é um órgão de assessoramento e consulta da administração municipal. Possui as funções de controle social, incluindo fiscalizadora e deliberativa quanto à política municipal de saneamento básico (OURO PRETO, 2014). O Conselho é composto por 14 (quatorze) membros efetivos, e seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, todos nomeados por decreto do Prefeito. Os membros exercem seus mandatos de forma gratuita, as reuniões são públicas. O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do conselho é prestado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (OURO PRETO, 2014).

4. Resultados e Discussão

4.1. Análise das ATAS das reuniões do primeiro semestre de 2019

A leitura e a análise das leis dos conselhos municipais, bem como de seus respectivos

regimentos, mostrou que os conselhos do município têm caráter consultivo e deliberativo. Devido a esse caráter, as decisões advindas dos conselhos têm grande influência e importância para o município.

No estudo das atas das reuniões foi possível analisar o processo participativo dos conselheiros nas tomadas de decisão, bem como na defesa, proteção e promoção do meio ambiente. Foram analisadas quais discussões, falas e anseios dos conselheiros foram acolhidos, ou não, e sua relação com o gênero.

Conforme previsto nos regimentos, as reuniões dos conselhos devem ocorrer mensalmente. De acordo com IBGE (2009), um modo de qualificar a eficiência dos conselhos do ponto de vista estatístico e analítico é verificar se os membros têm se reunido e se possuem operacionalidade no cotidiano da administração pública. Verificou-se que os conselhos de Ouro Preto/MG se reúnem frequentemente, e em algumas ocasiões até mais de uma vez por mês e, que estão atuantes nos problemas ambientais do município. Essa frequência nas reuniões, também, é importante tendo em vista que o cumprimento de um calendário de reuniões pode favorecer a participação da população. Essa participação é fundamental para que sejam cumpridos os objetivos dos conselhos e para que eles tenham legitimidade em suas decisões.

De acordo com Faria e Ribeiro (2011) a divulgação das reuniões e dos trabalhos dos conselhos é uma das formas de favorecer a participação da população neles. Ademais, a divulgação das pautas e decisões dos mesmos pode influenciar o seu caráter público. No município, as reuniões e suas respectivas pautas são divulgadas em sites e no mural da Secretaria do Meio Ambiente, pelo menos um mês antes de cada reunião.

Com base nas observações e análises das atas observa-se a figura do homem (como presidente dos conselhos) como protagonista das reuniões tanto no COMUSA quanto no CODEMA, tendo em vista, que o presidente é o responsável por trazer as principais demandas a serem apreciadas. Foram observadas resoluções de demandas estratégicas como: regulamentações de processos licitatórios, resoluções de questões ambientais e também decisões operacionais como a escolha do novo presidente.

Com a análise das atas e a partir das observações dos pesquisadores foi possível confirmar uma menor presença de mulheres nos conselhos em relação aos homens nas reuniões (quadros 1 e 2). Isso pode ser justificado devido à própria desigualdade de gênero existente na composição dos conselhos, tendo como consequência a participação de mais homens. A pouca participação de membros da comunidade (quase nenhuma diretamente) também foi identificada, e notou-se uma maior presença de representantes de empresas, quando a pauta da reunião tratava de interesses delas.

Tabela 1 – Número de presenças nas reuniões dos Conselhos

CODEMA			COMUSA		
Data da reunião	Integrantes		Data da reunião	Integrantes	
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
25/01/2019	11	2	10/04/2019	8	2
22/02/2019	9	2	08/05/2019	9	2
29/03/2019	15	4	15/05/2019	9	3
26/04/2019	20	4	03/06/2019	10	2
31/05/2019	22	8	12/06/2019	10	3
10/06/2019	7	3	10/07/2019	8	2
11/07/2019	8	3	11/07/2019	8	3

Fonte: atas das reuniões do primeiro semestre de 2019.

Em relação ao CODEMA foi identificado que grande parte das reuniões no primeiro semestre de 2019 decidiram acerca da solicitação de autorização para funcionamento ou criação de empreendimentos que causariam algum impacto ambiental no município. Foi verificada, também, uma maior dificuldade de participação para os representantes da sociedade civil, tendo em vista que não são remunerados para atuarem como conselheiros e não são dispensados dos serviços, ao contrário do que ocorre com os representantes do poder público.

Todas as reuniões do COMUSA e do CODEMA do primeiro semestre de 2019 apresentaram como presidente um homem e uma mulher como secretária. Observa-se, também, uma maior participação de pessoas com conhecimento técnico. Apesar da menor quantidade de mulheres, verifica-se que elas possuem voz ativa quando participam. Ademais, a maioria das mulheres com voz ativa é representante de empresas, tendo sido observada pouca manifestação das conselheiras, que atuaram mais como ouvintes nas reuniões observadas.

4.2 Questionários

4.2.1. Participação da comunidade nos conselhos

Questionados os conselheiros e os trabalhadores sobre o que acreditam incentivar a participação da comunidade nas reuniões relacionadas ao meio ambiente, homens e mulheres indiferentes da função, demonstraram uma opinião muito próxima, (Quadro 1), ao afirmarem que a comunidade participa, porém não há nenhum engajamento com a causa, pois as presenças são esporádicas.

Quadro 1 – Fatores que Incentivam a participação da comunidade nas reuniões, na opinião de homens e mulheres

Conselhos	Mulheres	Danos ambientais causando impactos sociais; Necessidade de resolução de conflitos; Algum interesse na pauta.
	Homens	Algum incomodo pessoal que precisa ser resolvido; Assuntos que afetam diretamente as comunidades; Garantia de espaço e oportunidade de fala.
Órgãos	Mulheres	Algum compromisso com a temática; Temas/assuntos afetam a comunidade, por exemplo, saneamento básico; Tema é motivo de interesse; Necessidade de discutir ações a serem desenvolvidas.
	Homens	Discussão sobre ações vinculadas aos projetos locais; Convidados a dialogar sobre determinado tema; Demandas a serem atendidas; Possibilidade de novos investimentos e melhorias para a comunidade. Melhorias nas condições de saneamento básico e conservação do meio ambiente.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

4.2.2. A percepção dos gestores sobre as diferenças de gênero na gestão da água

Na busca para identificar se na percepção dos gestores existem diferenças de gênero no acesso e na gestão da água, muitas mulheres relataram que acreditam que homens e mulheres não participam da gestão doméstica da água da mesma forma, pois é a maioria das mulheres que realizam o serviço doméstico, como demonstram as falas transcritas:

“As relações no âmbito público ficam a cargo do papel masculino, tal como controle do hidrômetro. Já o consumo no âmbito privado da unidade doméstica fica a cargo da mulher, tal como lavar roupa, cuidar da casa, ministrar banhos, etc.” (E²⁹, Trabalhadora).

“Não. Devido mesmo a essa construção histórica machista que botou as mulheres no lugar do "cuidado" com os outros, e os recursos necessários à

sobrevivência das comunidades, há, notoriamente, uma diferença na relação de homens e mulheres com a água”. (E⁰², Conselheira).

“Acho que a mulher tem uma preocupação maior com relação à qualidade da água”. De um modo geral percebo que as mulheres têm uma maior liderança do que os homens quanto ao acesso e à qualidade da água (E²⁵, Trabalhadora).

“Tendo em vista a cultura "machista", a mulher sempre foi a que cuidou do lar e se preocupou com essa relação - sensibilidade com a causa. O homem, como "provedor", economiza levando em consideração na maioria das vezes apenas o custo”. (E¹¹¹, Trabalhadora).

Essa divisão sexual do trabalho relatada também é identificada na literatura. Ela começa a ser moldada na infância, diante da divisão de tarefas e espaços, atribuídos a meninos e meninas. Assim, a própria mulher ainda treina suas filhas para executar essas atividades. As mulheres e crianças, em especial em zonas rurais são consideradas as mais afetadas com a escassez. Isso ocorre, devido ao papel que assumem de desempenhar as atividades domésticas e o cuidado com os membros de suas famílias, papéis em que a água é essencial. São elas também que assumem o abastecimento doméstico quando falta água nas residências (FISHER, 2008).

Nas áreas de seca, o papel de buscar água para a subsistência da família é atribuído às mulheres e às meninas, elas gastam muito tempo transportando, armazenando e manipulando o líquido. De acordo com Campos (2016), essa função está relacionada ao papel tradicional que exercem como cuidadoras do lar, onde elas ocupam os afazeres domésticos e os homens se dedicam às atividades remuneradas. O transporte de água em locais que apresentam escassez hídrica se torna um desdobramento das atividades domésticas e as mulheres gastam muito tempo com essa tarefa deixando de estudar, trabalhar ou descansar.

Essa tarefa pode afetar o futuro das crianças, já que compromete a saúde, educação e a qualidade de vida delas. Muitas mulheres desenvolvem problemas de saúde, principalmente, no pescoço e na coluna por carregar pesados baldes de água na cabeça, por longas distâncias (SORENSEN *et al*, 2011). Meninas deixam de frequentar a escola por estarem ocupadas com a coleta de água e lenha (GRANT *et al*, 2016).

Outras entrevistadas informaram que para essa análise não pode ser avaliado o sexo individualmente, pois outros fatores como a situação financeira, a questão cultural e a educação ambiental, também exercem alguma influência:

“É difícil de avaliar a participação neste sentido; depende muito da família, da criação que tiveram e outros fatores subjetivos” (E⁷⁴, Conselheira).

“Acredito que isso depende também da questão financeira (para fins de necessidade de economia ou não). Infelizmente, percebo isso na minha família”. (E⁹¹, Trabalhadora).

“Há de se levar em consideração o nível de informação e preocupação de cada um com o ambiente em que ele está inserido.” (E¹⁰¹, Trabalhadora).

“ Isso é mais uma visão cultural que uma postura de gênero”. (E⁹⁹, Trabalhadora).

“Depende do grau de educação ambiental de ambos... Mas, no geral a mulher é mais cuidadosa.” (E⁴⁴, Trabalhadora).

“Sempre dependerá da condição de escolaridade de cada um e da contribuição de cada sexo na vida doméstica, onde os afazeres domésticos que envolvem o uso da água nem sempre são divididos”. (E²², Trabalhadora).

Fato é que a participação das mulheres na gestão da água não deve se limitar apenas a prover as necessidades da família. Para Brown (2010), a participação das mulheres é essencial para garantir que os aspectos de gênero sejam abordados de forma efetiva na gestão hídrica. Porém, de acordo com Monje; Núñez & Subiza, (2016), as mulheres encontram-se sub-representadas no setor da água, correspondendo apenas a 19,7% dos empregados nesse setor. Em relação aos cargos decisórios o cenário é ainda pior, a maioria são ocupados por homens, o que os tornam protagonistas nas decisões sobre a água.

A importância da conscientização de ambos os sexos para uma melhor gestão doméstica da água, e a necessidade do compartilhamento de tarefas também foi levantada por algumas mulheres entrevistadas:

“ Se faz necessária a conscientização de ambos sobre a gestão da água.” (E⁵⁵, Trabalhadora).

“A responsabilidade deve ser compartilhada dado que a maioria das tarefas domésticas utiliza água.” (E⁴³, Trabalhadora).

Por outro lado, algumas mulheres também informaram que acreditam que o sexo não influencia:

“Depende da mentalidade de cada um, não acho que gênero interfere” (E⁶¹, Trabalhadora).

“Varia muito cada ser humano seja ele de qualquer sexo” (E⁵⁶, Trabalhadora).

“Não sei; acho que a sensibilidade ao tema varia de pessoa para pessoa, independentemente de gênero” (E²³, Trabalhadora).

“Participam em igualdade, não vejo diferença”. (E³⁴, Trabalhadora).

“Não. Meu cônjuge, por exemplo, é mais econômico do que eu. Passa detergente em todas as vasilhas, depois as enxagua.” (E⁴⁵, Trabalhadora).

Entre os homens, alguns também possuem a percepção de que as mulheres atuam mais:

“Deveria participar, mas não, pois a sociedade patriarcal coloca sobre a mulher um peso que não deveria ser só dela”. (E⁰¹, Consheiro).

“Não; isso reflete a divisão cultural de trabalho por gênero”. (E⁴⁸, Consheiro).

“As mulheres geralmente estão mais preocupadas com desperdício de água, qualidade da água, condições de acesso. Não raro as mulheres que vivem especialmente no meio rural tratam de reparar vazamentos nas canalizações, torneiras e caixas d’água, promover a filtração e/ou filtração da água”. (E³³, Trabalhador).

“As mulheres são mais atentas sem considerar o fato de não haver cobrança. A consciência feminina antecede a cobrança, o homem ficará mais atento a partir do momento que houver cobrança pelo consumo”. (E²¹, Trabalhador).

“No geral, as medidas de organização do espaço doméstico são tomadas por mulheres. Isso inclui armazenamento e controle dos estoques e fluxos de água, assim como a higiene”. (E⁴⁶, Trabalhador).

As mulheres possuem grande conhecimento quanto ao uso e gestão dos recursos hídricos, principalmente em zonas rurais, podendo contribuir significativamente para o uso mais sustentável da água. Incorporar a perspectiva de gênero nesse setor permite, também, dar visibilidade as desigualdades existentes, a distribuição de poder e a garantia de maior acesso aos recursos. Mas há também entre o sexo masculino pessoas que não identificam diferenças por gênero:

“O uso racional deve ser individual. Nunca vi nenhuma pesquisa indicando diferenças por gênero” (E⁵⁵, Trabalhador).

“Ao menos no meu entorno acredito que não há diferenças, mas no geral não saberia responder. Intuo que as mulheres tenham melhor capacidade de gestão.” (E²¹, Trabalhador).

A maioria das falas das mulheres e dos homens enfatizam a atuação da mulher no âmbito doméstico. Esse fato leva a reflexão de que os trabalhadores e conselheiros enxergam as mulheres dentro do âmbito privado, talvez devido ao fato do ambiente de trabalho ser um reduto masculino e a cultura patriarcal dominante. As próprias mulheres se analisam de um ponto de vista doméstico, não como gestoras ou tomadoras de decisão no setor água.

4.2.3. Cuidados de homens e mulheres em relação à água

Na opinião dos entrevistados sobre o cuidado que homens e mulheres têm em relação à água, muitas mulheres afirmaram que esse cuidado é diferenciado, informando que na percepção delas, os homens gastam mais:

“A mulher tende a lidar mais com a escassez hídrica e ser mais sensibilizada em relação a isso”. (E¹², Trabalhadora).

“Homens gastam indiscriminadamente” (E²³, Trabalhadora).

Enquanto, por outro lado outras mulheres informaram que esse cuidado não está relacionado com o sexo e que depende de outros fatores:

“Depende. Eu tenho observado muito um maior cuidado em relação a água por parte da nova geração que está surgindo em um contexto onde se escuta mais sobre o meio ambiente. Em contrapartida, as gerações passadas, de nossos avós e pais, não se falavam tanto sobre meio ambiente e água, então ambos gêneros não tinham o mesmo cuidado que a nova geração está tendo. Entretanto, nos campos que eu estive, eu observei um contato maior da mulher com a água, pois eram elas quem iam até o rio lavar roupa e dar banho nos filhos” (E¹², Conselheira).

“O cuidado com a água independe do gênero, e sim da sua educação, conhecimento de como usar a água adequadamente”. (E⁴⁹, Trabalhadora).

“Depende do nível sócio educacional e econômico. Não pode ser determinista e dizer que um gênero é mais consciente que outro”. (E⁶⁷, Trabalhadora).

“Acredito que, em função dos trabalhos domésticos estarem diretamente ligados às mulheres, essa gestão recai muito mais sobre as mulheres do que os homens, mas há de se levar em consideração o nível de informação e preocupação de cada um com o ambiente em que ele está inserido” (E⁷⁶, Trabalhadora).

E há aquelas que acreditam que o cuidado é o mesmo inerente a ambos os sexos:

“Acredito que sim, por termos uma elevada falta d'água, todos têm se adequado ao cuidado com a água”. (E⁵⁵, Trabalhadora).

“Ainda que exerçam papéis diferentes, acredito que ambos compartilham das preocupações quanto aos cuidados no uso da água”. (E⁶⁷, Trabalhadora).

“Sim. Vejo muitas mulheres engajadas nos fóruns que participo”. (E⁹⁹, Trabalhadora).

“Acho que a sensibilidade ao tema varia de pessoa para pessoa, independentemente de gênero”. (E³², Trabalhadora).

Os homens ao serem questionados, apresentaram respostas contraditórias, pois há os que afirmaram que as mulheres gastam mais água e os que afirmaram que são os homens, os mais consumistas, mas, houve também outros que afirmaram que ambos cuidam da mesma forma, como exemplificado nas transcrições:

“As mulheres tendem a gastar mais água por questões pessoais edomésticas” (E⁴⁶, Trabalhador).

“As mulheres gastam mais. Talvez porque ficam mais presas aos afazeres domésticos”. (E³¹, Trabalhador).

“A cultura do uso da água é precisa, e o desperdício não depende de gênero” (E⁷⁷, Trabalhador).

“Se o consumo for significativo na conta de água, sim. ” (E¹⁰¹, Trabalhador).

“Acredito que seja inerente ao gênero, o cuidado com água. ” (E⁰⁶, Trabalhador).

E muitos outros homens que dão o crédito do cuidado para as mulheres:

“No geral, as medidas de organização do espaço doméstico são tomadas por mulheres. Isso inclui armazenamento e controle dos estoques e fluxos de água, assim como a higiene”. (E¹¹⁷, Conselheiro).

“Não considero haver uma gestão quanto ao ambiente doméstico, pois não temos um custo elevado para pagamento. Mas em bairros onde o abastecimento é dia sim dia não as mulheres gerenciam muito bem o uso” (E¹⁴, Conselheiro).

“Não. As mulheres ainda têm uma participação muito maior nas atividades domésticas e, conseqüentemente, no controle do uso da água”. (E¹⁰⁵, Trabalhador).

“Me parece que mulheres são mais cuidadosas, talvez por estarem mais ligadas à gestão das demandas da casa e da família” (E³⁹, Trabalhador).

“Não. Geralmente as mulheres tomam a iniciativa ou influenciam os homens a melhorar a gestão da água no ambiente doméstico”. (E⁴⁷, Trabalhador).

Assim como as mulheres, outros homens também acreditam que esse cuidado não está relacionado apenas com o sexo:

“Não creio que seja uma questão gênero, mas principalmente de educação (no sentido de conhecimento dos problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos). ” (E⁶⁶, Trabalhador).

“Não vejo uma questão de gênero aí, mais sim de educação formal e informal sobre a importância do bom uso da água”. (E⁷⁹, Trabalhador).

“Acredito que não há uma questão de gênero, mas sim de acesso à informação”. (E⁸¹, Trabalhador).

“Depende do grau de participação” (E⁹⁷, Trabalhador).

“Acho que a discussão é mais ampla. Para mim o cuidado em relação a água depende muito do nível de escolaridade, poder aquisitivo, localização geográfica”. (E¹⁰⁴, Trabalhador).

“Depende do contexto. No mundo urbano, sim”. (E¹⁰¹,

Trabalhador). “Não depende do sexo, mas da pessoa”.

(E⁹⁰, Trabalhador).

“Eu acho que não é possível avaliar por sexo, depende da pessoa, tem mulher que desperdiça mais e homem também” (E¹⁷, Trabalhador).

“Acredito que para que a gestão seja feita de maneira correta, ambos têm que ter o mesmo entendimento e as mesmas responsabilidades”. (E¹¹³, Trabalhador).

Muito embora, os cuidados para com a água deva ser algo universal, independente do sexo ou do gênero, as respostas dos entrevistados demonstraram mais uma vez, que culturalmente, ainda cabe a mulher os cuidados em relação à água.

4.2.4. Influencia da escassez hídrica

Ao buscar identificar se na opinião dos entrevistados a escassez hídrica alteraria da mesma forma a rotina de homens e mulheres, todas as mulheres responderam que afetaria mais diretamente a elas:

“As mulheres, até mesmo para sua própria higiene pessoal precisam de mais água que os homens. Além disso, em geral, elas são mais responsáveis pelas famílias que os homens, então, com escassez de água, provavelmente, as mesmas que vão se sentir mais impactadas”. (E²⁹, Conselheira).

“Não. As mulheres acabam perdendo muito mais tempo em suas atividades buscando água e a armazenando. Normalmente é mais um encargo nas atividades femininas”. (E¹⁵, Conselheira).

“No caso da minha casa não, pois eu que faço faxina e lavo roupas, mas atrapalha a rotina dos dois quando não tem água para banho, usar o banheiro, cozinhar”. (E²⁶, Trabalhadora).

No entanto, os homens já apresentaram posicionamentos divergentes. Alguns informaram que afetariam mais as mulheres:

“Acredito que não. Mulheres em geral, utilizam mais água do que o homem na nossa sociedade que ainda é bastante machista. A maioria das tarefas domésticas, que usam água em sua maioria, é imposta às mulheres. Mulheres também em geral gostam mais de lidar com plantas”. (E¹⁰³, Conselheiro).

“Não. Acredito que o impacto seria maior para as mulheres, principalmente para aquelas que dependem da água para afazeres domésticos ou para trabalho”. (E⁵⁵, Conselheiro).

“A rotina das mulheres seria muito pior que a dos homens com certeza”. (E²², Trabalhador).

“As mulheres tendem a ser mais impactadas, pois elas cuidam mais da higiene pessoal, do vestuário, do uso culinário e da limpeza da casa, da dessedentação animal e da manutenção das plantas”. (E⁷⁶, Trabalhador).

Outros homens afirmaram que não está relacionado apenas ao gênero, mas que outros fatores devem ser considerados.

“Acredito que sim! Mas o ambiente ao qual são pertencentes é

que ditará as condições. Por exemplo, numa realidade amazônica, os homens são responsáveis pelos provimentos advindos da pesca e as mulheres ficam por conta dos cuidados da casa. E, numa situação de escassez hídrica, naturalmente esses afazeres sofrerão interferência devido às condições ambientais”. (E⁹⁰, Trabalhador).

“No caso de uso doméstico a consequência da falta de água seria o mesmo para ambos os gêneros, nos casos de uso profissional depende da área de atuação das pessoas, independentemente do gênero”! (E⁸⁷, Trabalhador).

“Sim. Acho que a escassez influenciaria nas populações mais pobres e excluídas socialmente, independente do sexo”. (E²⁵, Trabalhador).

E, finalmente ha outros que afirmam que afetam ambos os sexos da mesma forma:

“Sim. Apesar das atividades domésticas atingirem maior número de donas decasa, outras atividades são introduzidas na rotina de ambos”. (E¹⁰¹, Trabalhador).

“Sim. Pois, todos nós precisamos da água”. (E¹⁰⁹, Trabalhador).

“Sim, a água impacta o dia a dia de todos os seres humanos”. (E²⁷, Trabalhador).

“Sim, pois ambos necessitam dela para sobreviver”. (E⁹³, Trabalhador).

“Não vejo relação desta questão em relação à questão de gênero. A escassez de água atinge homens, mulheres e seres vivos”. (E⁰⁷, Trabalhador)

Ahlers & Zwarteveen, (2009) consideram que ao analisar a relação entre água e gênero é preciso uma atenção especial para as relações de poder e as políticas. Assim, conforme as autoras, para solucionar as relações desiguais de gênero são necessárias análises do espaço público e o doméstico, para entender como as questões de gênero afetam o acesso à água e a participação das mulheres nas tomadas de decisão.

No espaço público, atualmente, quanto mais elevada a instância de poder, menor é a presença feminina, mesmo que o nível de instrução feminino seja superior ao masculino. As posições de alta remuneração e prestígio são sub-distribuídas às mulheres, mesmo quando possuem características produtivas idênticas ou superiores a dos homens (VAZ, 2013). Esses dados, também, são observados na gestão da água.

De acordo com Selborne (2012), as mulheres raramente participam dos processos decisórios relativos ao fornecimento da água. Cordeiro (2016) dialoga com a autora afirmando que as mulheres são as responsáveis pelo abastecimento, estando fortemente presente na gestão privada da água, mas não participam dos espaços decisórios.

Dessa forma, a gestão da água reproduz a dinâmica social, onde as mulheres desempenham um papel de suporte, e as decisões continuam sendo responsabilidade dos homens. Assim, as mulheres acabam sendo sub-representadas, também, nesse setor, não tendo suas necessidades ouvidas e valorizadas.

Um dos desafios para aumentar a participação feminina na gestão de recursos hídricos é a ausência de dados sobre a relação água e gênero. De acordo com Porto & Porto (2008), para alcançar a gestão sustentável dos recursos hídricos, são necessários instrumentos como uma base de dados com informações acessíveis. Inicialmente, é preciso medir a dimensão do problema, identificando a distribuição de acordo com o gênero em relação ao acesso de serviços de água e saneamento (SOARES, 2009). Barban (2009) afirma que dados desagregados sobre gênero são essenciais para o planejamento e a tomada de decisão em relação a gênero e ao fortalecimento das mulheres no setor da água.

A participação social é um princípio referencial dos direitos humanos, garantidos pela Constituição Brasileira e é um dos pilares da legislação sobre os recursos hídricos do Brasil. As populações vulneráveis têm direito de participar das tomadas de decisões, tendo suas demandas ouvidas e valorizadas. A inclusão das mulheres nas decisões sobre a água torna o processo decisório mais eficaz e democrático (ABERS, 2010).

5 Considerações Finais

Atualmente, existem várias lideranças feministas ambientalistas. Essas lideranças são muito importantes porque trazem novas formas de pensar, incentivam outras mulheres etc. Nos conselhos de Ouro Preto/MG observa-se uma menor participação de mulheres em relação à participação de homens. Mas a participação dessas conselheiras é muito importante no incentivo a outras mulheres a participarem e para que as opiniões femininas passem a ser ouvidas e valorizadas

de forma mais efetiva. Na percepção dos conselheiros também existem desigualdades tanto no acesso e no cuidado, como na forma com que ambos os sexos são afetados com a escassez hídrica.

De toda forma, é necessária uma noção de transversalidade, para que a perspectiva de gênero seja disseminada nas políticas públicas, de forma a garantir uma efetiva superação das desigualdades entre homens e mulheres em todas as esferas e que as mulheres tenham uma igualdade de acesso às estruturas de poder e ao processo de decisão. Também, que os homens participem mais na esfera privada, diminuindo a sobrecarga das mulheres e possibilitando uma gestão mais igualitária. São primordiais iniciativas que possibilitem relações sociais mais justas, o empoderamento social, econômico, político e ambiental delas, para que possibilite a participação mais ativa nas tomadas de decisão.

REFERÊNCIAS

ABERS, R. Pensando politicamente a gestão da água. In: Abers, R.N. (org.). **Água e política** – atores, instituições e poder nos organismos colegiados de Bacia Hidrográfica no Brasil. São Paulo: Annablume. 2010.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro:Garamond, 2009.

AGÊNCIA BRASIL. Mulheres sofrem mais com as mudanças climáticas. **DCI – Diário, Comércio, Indústria e serviços**, 2009. Disponível em <<http://www.dci.com.br/servicos/mulheres-sofrem-mais-com-as-mudancas-climaticas-id206342.html>>. Acessado em março de 2019.

AHLERS, R.; ZWARTEVEEN, M. The Water Question in Feminism: Water Control and Gender Inequities in A Neoliberal Era. **Gender, Place and Culture** 16(4), p. 409-426, 2009

BENNETT, V; RICO, M. N.; POBLETE, S. V. Water and gender: the unexpected connection that really matters. **Journal of international affairs**, Spring/Summer, vol 61, nº 2, 2008.

BRASIL. **Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19433.htm>, acesso em 20 jun 2019.

BROWN, R. “Unequal Burden: Water Privatization and Women’s Human Rights in Tanzania.” **Gender & Development**, 18(1), p. 59-67, 2010.

CAMPOS G., S. I. (2016). **Água: uma coisa de mulheres?** Recuperado de: <https://blogs.iadb.org/ideacao/2016/10/20/3305-agua-mulheres-genero/>. Acesso em 24/06/2019.

CBH VELHAS - Comitê de Bacia Hidrográfica Rio das Velhas. **Rio das Velhas**. Disponível em: < <http://cbhvelhas.org.br/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2019.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Altera a Resolução no 1/86 (revoga os art. 3º e 7º)**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html> Acesso em: 04 dez. 2018.

CORDEIRO, R. de L. M. et al. Mulheres rurais e as lutas pela água na América Latina. **Temporalis**, v. 15, n. 30, p. 495-514, 2016.

FISHER, J. **Women in water supply, sanitation and hygiene programmes**. Proceedings of the ICE: Municipal Engineer, 161 (4), p. 223 -229. 2008.

GRANT, M.; HUGGETT, C.; WILLETTS, J. Gender & SDG 6: The Critical Connection A Framing Paper for The High-Level Panel on Water. **Australian Water Partnership**, 2016.

KAPLAN, T. **Uncommon Women and the Common Good: Women and Environmental Protest**. In: ROWBOTHAM, S.; LINKOGLE, S. (Ed.). *Women Resist Globalization: Mobilizing for Livelihood and Rights*. London: Zed Books, 2001, p. 28-45

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista de Estudos Feministas**, v.16, no.3, p. 871-887, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/19366>>. Acesso em setembro de 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 39.692, de 29 de junho de 1998 – Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas**. 1998.

MONJE SILVA, A., NÚÑEZ, A., & SUBIZA, D. (n.d.). **A água tem gênero?** Recuperado de: <https://publications.iadb.org/handle/11319/7700?localeattribute=pt&#sthash.xtMzHsy0.dpuf>. Acesso em 24/06/2019.

MUNGAI, M. **Municipalização da gestão ambiental: o papel dos conselhos de desenvolvimento ambiental (CODEMAs)**. Belo Horizonte: UFMG/IGC, Julho, 2005.

OURO PRETO. Lei Municipal Nº 934 de 23 de dezembro de 2014. **Dispõe sobre a política municipal de saneamento básico, reformula o conselho municipal de saneamento, cria o fundo municipal de saneamento e dá outras providências**. Câmara de Vereadores de Ouro Preto.

OURO PRETO. Lei nº 31, de 08 de setembro de 1997. **Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental e dá outras providências**.

OURO PRETO. Lei Municipal nº 13, de 24 de fevereiro de 2005. **Cria o Serviço Municipal de Água e Esgoto de Ouro Preto – SEMAE-OP**.

PORTO, M. F. A; PORTO, R. L. L. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos avançados**, v. 22, n. 63, p. 43-60, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. 2019. **Plano Municipal de**

Saneamento Básico. Ouro Preto, 2013. Disponível em <http://cbhvelhas.org.br/plano-municipal-de-saneamento-em-ouro-preto> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

ROEDAL, P. Participação de mulheres na política vem aumentando nos últimos anos. **Câmara Notícias**, 2012. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/427216.html>>. Acesso em março de 2019.

ROSA, J.; BEVILACQUA, S. No seu dia, mulheres discutem o que é ser sustentável. **Terra**, 2012. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/no-seu-dia-mulheres-discutem-o-que-e-ser-sustentavel.208839160467b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>> Acessado em março de 2019.

SELBORNE, L. **A Ética do Uso da Água Doce:** um levantamento. - Brasília: UNESCO,2002. 80p.

SNIS – **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Série Histórica.** Disponível em: <http://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/> Acesso em: 9 jun 2019

SOARES, D. N. **Gênero e Água -** Desenhos do Norte, Alternativas do Sul: Análise da Experiência do Semiárido Brasileiro na Construção do Desenvolvimento Democrático. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SORENSEN, S. B.; MORSSINK, C.; CAMPOS, P. A. Safe Access to Safe Water in Low Income Countries: Water Fetching in Current Times. **Social Science And Medicine**, n. 72, p. 1.522-1.526, 2011.

STAUT, B. Por que há menos mulheres na ciência? **Hypescience**, 2012. Disponível em <http://hypescience.com/por-que-ha-menos-mulheres-na-ciencia/>>. Acesso em março de 2019.

VAZ, D. V. "O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil." **Economia e Sociedade**, no. 3 (2013): 765-790.